

AUTORIDADE E AUTORITARISMO

No Brasil é comum ouvir:- sabe com quem esta falando? Ou ler na parede de uma repartição pública: - Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa... Até que ponto um ato é ação comum da autoridade ou ação autoritária?

CONCEITOS

Autoridade: Conformar-se ou submeter-se à autoridade equivale a "reconhecer" na vontade ou no juízo de uma outra pessoa um princípio pertinente de ação ou de apreciações, sem que se tenham previamente pesado os prós e os contras; a atenção volta-se então para a fonte da comunicação, muito mais que para o seu conteúdo: é de fato a ela que se obtempera ou se aquiesce. É essa, sem dúvida, a característica fundamental da autoridade; mas as opiniões divergem quando se trata de responder à questão dos seus fundamentos. Um primeiro tipo de concepção consiste em fazer da autoridade um modo de regulação normativa: assim, T. Parsons acaba por definir a autoridade como "a institucionalização dos direitos" dos dirigentes políticos "a controlar as ações dos membros da sociedade em tudo o que se refere à realização dos fins coletivos" (1960); nesta perspectiva, a autoridade instaura uma responsabilidade diferencial a partir de um acordo prévio sobre os objetivos prioritários. Uma segunda concepção, muitas vezes qualificada de "realista", tende a encarar a autoridade sob o ângulo da imposição. Se se acompanhar esta corrente de pensamento, o fundamento essencial da autoridade deve de facto procurar-se do lado do poder de impor, fazendo apelo, se for caso disso, à coerção: assim, Max Weber (1922) distingue, ao lado da dominação económica, a "dominação em virtude da autoridade" que se reconhece precisamente no poder de ordenar e no dever de obedecer; ela consiste, segundo os seus próprios termos, num "poder de mandar dotado de autoridade". Não poderá, pois, estabelecer-se dicotomia radical entre autoridade e coerção; mas, como mostra Weber, a insistência no mando não exclui a consideração da legitimidade e das formas mais importantes que ela pode revestir. Por fim, segundo uma terceira concepção, a autoridade seria primeiramente fundada na competência. A autoridade profissional (médico, advogado) tem muito a ver com este modelo; assentando num saber especializado é, sobretudo, de tipo fiduciário: o cliente confia globalmente na competência superior do especialista, sendo ao mesmo tempo incapaz de avaliar a pertinência das suas diretivas. Mas este modelo de autoridade-competência não pode ser generalizado à autoridade política, nem à autoridade burocrática a despeito de uma tendência recorrente no pensamento social desde Saint-Simon.

Autoritarismo (personalidade): A expressão "personalidade autoritária" foi lançada pelo livro devido a T. W. Adorno e a uma equipa de psicólogos e psicossociólogos de Berkeley (1950). O objetivo destes autores era referenciar e medir as correntes ideológicas antidemocráticas por meio de escalas de atitude e pô-las em relação com outras atitudes e com as tendências profundas da personalidade. A escala de autoritarismo, também chamada escala F (de "fascismo potencial"), compreende várias componentes, tais como a submissão à autoridade, a superstição e a adesão a estereótipos, a projeção nos outros das suas pulsões inconscientes, a agressividade em relação aos desviantes, etc. Está fortemente relacionada com escalas que medem o antisemitismo e o etnocentrismo (pre-conceitos para com os negros, outras minorias e pseudopatriotismo). Esta escala F foi, sob uma forma condensada, a escala de atitude mais utilizada nos inquéritos sociológicos dos anos 50 e 60. Apresentava, no entanto, sérias dificuldades técnicas (escala do tipo Likert, em que as propostas eram unilaterais e estereotipadas); estava enviesada pela tendência para a aprovação.

Brasil Fascista

Fascismo é uma ideologia política ultranacionalista e autoritária caracterizada por um intento ditatorial, repressão da oposição por via da força e forte arregimentação da sociedade e da economia. Embora os partidos e movimentos fascistas apresentem divergências significativas entre si, é possível apontar várias características em comum, entre as quais nacionalismo extremo, desprezo pela democracia eleitoral e pela liberdade política e económica, crença numa hierarquia social natural e no domínio das elites e o desejo de criar uma comunidade do povo em que os interesses individuais sejam subordinados aos interesses da nação. Oposto ao liberalismo, ao marxismo, ao socialismo e ao anarquismo, o fascismo posiciona-se na extrema-direita do espectro político tradicional.

O fascismo defende ser necessária a mobilização da sociedade sob um estado totalitário de partido único para preparar a nação para o conflito armado e responder de forma eficaz às dificuldades económicas. Acreditam que tal estado deva ser comandado por um líder forte, como um ditador ou governo militarista constituído por membros do partido fascista, capaz de forjar a unidade nacional e manter a ordem e estabilidade sociais. O fascismo rejeita a afirmação de que a violência é automaticamente negativa por natureza e acredita que a violência, guerra ou imperialismo são meios pelos quais se pode chegar ao rejuvenescimento da nação. Os fascistas defendem uma economia mista com o principal objetivo de atingir a autossuficiência económica do país por meio de políticas económicas protecionistas e intervencionistas.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, inicia-se no Brasil a polarização entre os bolsonarista e todos os outros. Ressurge o Movimento Integralista e a defesa de todas as características Fascistas descritas acima. Seus defensores defendem um governo militar com Bolsonaro no poder, fechamento do congresso e do STF.